


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002189-77.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Transportadora Marca de Ibaté Ltda**
 Requerido: **Colorado Rental Locação de Maquinas Ltda (colorado)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Transportadora Marca de Ibaté Ltda. ajuizou ação cominatória em face de **Colorado Rental Locação de Máquinas Ltda.** alegando, em síntese, que celebrou contrato de locação de duas colhedoras de cana da marca John Deer, modelo 3522, com a requerida, em 02/01/2013 com encerramento em 31/12/2016, no valor de R\$39.000,00 mensais e, em 07/05/2013, que teve início em 10/05/2013, com encerramento em 09/05/2017, no valor de R\$30.520,00 mensais, reajustados em 28 parcelas vincendas de R\$52.320,00. Sustenta que foi surpreendida em 07/10/2013 com duas notificações extrajudiciais encaminhadas pela requerida, uma delas denunciando o contrato para que a requerente realizasse a restituição dos equipamentos locados em sete dias, conforme previsto em cláusula contratual. Assevera que nunca descumpriu com o que fora acordado, ingressando com a presente ação postulando a concessão da antecipação de tutela específica de não fazer, consubstanciada na abstenção da requerida em praticar qualquer ato impeditivo, ou de inviabilizar, prejudicar, dificultar ou atrapalhar o regular andamento do contrato; a antecipação dos efeitos da tutela para que as parcelas vincendas sejam devidamente consignadas nestes autos; em caso de descumprimento, a fixação do valor de R\$15.000,00 como medida de apoio ao integral cumprimento da medida liminar, e subsidiariamente, não sendo acolhido os pedidos anteriores, a condenação da requerida a indenizar a parte autora de todos os prejuízos diretos e indiretos que venha sofrer. Juntou documentos às fls. 20/73.

Deferida liminar para prevenir dano grave e de difícil reparação, bem como para manter intactos os efeitos dos contratos entre as partes, além do depósito em juízo dos valores nas respectivas datas de vencimento (fls. 74/76).

Citada (fl. 94), a requerida apresentou contestação contrapondo as alegações da autora e sustentando que as máquinas foram entregues a título de demonstração antes da celebração do contrato. Arguiu preliminar de carência de ação, fundamentando a existência de impossibilidade jurídica do pedido. Formulou pedido contraposto para que fosse determinado o pagamento de multa e juros relativos ao atraso no pagamento de duas das parcelas ajustadas (fls. 95/183).

A requerida interpôs agravo de instrumento contra a decisão de fls. 74/76 (fls. 188/201), obtendo a concessão de efeito ativo a reintegração na posse (fls. 245/248).

Houve réplica (fls. 228/237).

Instadas a especificarem as provas pretendidas (fl. 334), a autora postulou o julgamento antecipado da lide (fls. 339/341). Não houve manifestação pela ré (fl. 345).

Designou-se audiência para tentativa de conciliação (fl. 346), a qual foi cancelada em razão do desinteresse manifestado pelas partes (fl. 350).

Passo a relatar os processos conexos cujos autos estão apensados a estes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo nº. 2231-29.2013:

Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta por **Colorado Rental Locação de Máquinas Ltda.** em face de **Transportadora Marca de Ibaté LTDA.** sob o fundamento de que, após a celebração do contrato supramencionado com início em 02/01/2013 e término em 31/12/2016, teve conhecimento da inscrição da ré perante os órgãos de proteção ao crédito, circunstância que autorizaria a resolução unilateral do contrato. Alegou que enviou notificação à requerida para que a máquina, objeto do contrato de locação, fosse devolvida. Informou que não houve a devolução pretendida, motivo pelo qual propôs a presente. Requereu, liminarmente, sua reintegração na posse da colhedora, bem como, ao final, a total procedência da ação. Juntou documentos (fls. 11/29).

Houve o indeferimento da medida liminar e a determinação de apensamento destes autos ao processo nº. 2189-77.2013 para julgamento conjunto, porquanto conexos (fl. 30).

Emenda à petição inicial às fls. 32/33.

Decisão proferida em agravo de instrumento deferindo efeito suspensivo ativo para reintegrar a autora na posse dos bens (fl. 49).

Citada, a requerida apresentou contestação (fls. 67/75), alegando que sua situação econômica à época da celebração do contrato era idêntica à atual, não sendo justificável a reintegração de posse pretendida pela requerente. Pugnou pela improcedência da ação e a condenação da autora em custas processuais e honorários advocatícios. Juntou os documentos de fls. 76/99.

A requerida apresentou, ainda, contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 102/118).

Foi dado provimento ao agravo de instrumento (fls. 121/123), tornando-se definitiva a reintegração da requerente na posse do bem.

Processo nº. 2232-14.2013:

Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido de liminar *inaudita altera pars* proposta por **Colorado Rental Locação de Máquinas Ltda.** em face de **Transportadora Marca de Ibaté LTDA.** sob o mesmo fundamento da ação acima relatada, porém em referência ao contrato celebrado em 07/05/2013 que possui como objeto uma segunda colhedora de cana. Juntou documentos (fls. 10/31).

Houve o indeferimento da medida liminar e a determinação de apensamento destes autos ao processo nº. 2189-77.2013 para julgamento conjunto porque conexos (fl. 32).

Emenda à exordial (fls. 34/35).

Decisão de agravo de instrumento concedendo o efeito suspensivo ativo para reintegrar a agravante na posse do veículo (fls. 50/54).

Contestação na qual a ré contrapõe as alegações da autora (fls. 59/67).

Réplica às fls. 101/108.

É o relatório. Fundamento e DECIDO.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo inócuo e despiendo produzir provas em audiência ou fora dela, principalmente porque as provas pretendidas já estão nos autos e são matérias incontroversas. Sabe-se que é permitido ao julgador apreciá-las livremente, seguindo impressões pessoais, tudo em conformidade com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, norteador do sistema processual brasileiro.

Nesse caso, temos em conta que: 1) os elementos de convicção acostados são suficientes ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

deslinde da causa e hábeis a sustentar a linha decisória; 2) quaisquer provas adicionais careceriam de aptidão para modificar o dispositivo; 3) as próprias alegações de ambas as partes, ao delimitar os elementos objetivos da lide, fazem concluir pelo julgamento no estado em que se encontra o processo. Inclusive, ao julgar antecipadamente valho-me do poder de zelar pela rápida prestação jurisdicional, impedindo que "as partes exerçam a atividade probatória inutilmente ou com intenções protelatórias", conforme leciona Vicente Greco Filho (Direito Processual Civil Brasileiro. Saraiva, 14ª edição, 1999, p 228).

A preliminar suscitada confunde-se com o mérito da questão e será apreciada como tal.

A ação cominatória é improcedente.

Há prova documental de que as partes celebraram dois contratos de locação, com pagamentos ajustados nas datas descritas em fls. 33 e 40, sendo certo que até a propositura da presente houve o adimplemento das parcelas, ainda que após o vencimento, conforme indicam os documentos de fls. 51/63.

Todavia, os documentos de fls. 127/162 tornam indiscutível a ocorrência de circunstância prevista na cláusula resolutiva nº 9.2.

Assim, a requerente tinha pleno conhecimento do negócio realizado, aceitando todas as condições do contrato, razão pela qual há que se aplicar o princípio *pacta sunt servanda*, segundo o qual é imperativo o cumprimento ao pactuado.

O pedido contraposto, contra o qual a autora não se insurgiu, merece acolhimento.

Com efeito, consoante se infere dos documentos de fls. 54/55 e 60/61, as parcelas relativas aos meses de agosto e setembro de 2013 foram pagas com atraso, portanto, há a incidência da multa contratual, devendo ser o valor acrescido de multa de 2% e juros de mora de 2,5% ao mês.

As ações possessórias são procedentes, uma vez que a resolução unilateral dos contratos torna injusta a posse indireta que era exercida pela Transportadora Marca de Ibaté, a qual, após notificada para a restituição dos bens, negou-se a devolver as máquinas alugadas, praticando, assim, esbulho possessório.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação cominatória movida por TRANSPORTADORA MARCA DE IBATÉ LTDA em face de COLORADO RENTAL LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA. Por outro lado, **JULGO PROCEDENTE** o pedido contraposto formulado pela ré, para condenar a autora ao pagamento dos encargos decorrentes da mora. Sucumbente arcará a requerente com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% do valor da causa. **JULGO PROCEDENTES** as ações possessórias movidas por COLORADO RENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA em face de TRANSPORTADORA MARCA DE IBATÉ LTDA (nº 2231-29.2013 e nº 2232-14.2013) para reintegrar definitivamente a requerente na posse dos bens móveis descritos nas iniciais. Sucumbente, arcará a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% do valor atribuído a cada causa.

Proceda a serventia às anotações decorrentes desta sentença nos autos das ações possessórias, nas quais produz efeitos.

Interposta apelação, intime-se para a apresentação de contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 08 de junho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA